

## A Sociologia do Trabalho frente à Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica\*

Marcia de Paula Leite  
Roque Aparecido da Silva

“Sendo uma revolução científica que ocorre numa sociedade ela mesma revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem de ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente).”

(Boaventura de Sousa Santos,  
1993, p. 37)

A Sociologia do Trabalho enfrenta nos dias atuais um importante desafio teórico, provocado por um duplo movimento. Por um lado, ao contrário da expectativa colocada por Offe (1989), ao advogar o fim da categoria trabalho como conceito sociológico fundamental, o estudo do trabalho está no centro das atenções dos sociólogos. Impulsionado pela vertiginosa produção científica voltada para a análise das transformações que vem sofrendo, o trabalho vem se transformando, na realidade, num tema da moda. Incontáveis estudos sobre o assunto invadem hoje as estantes das livrarias e bibliotecas, trazendo à tona o grande esforço da literatura especializada para compreender as mudanças em curso. Nesse contexto, a Sociologia do Trabalho vem adquirindo um novo dinamismo, ao mesmo tempo em que se vê diante de novas e intrincadas questões teóricas.

Por outro lado, as teorias disponíveis para pensar o trabalho vêm se mostrando cada vez mais incapazes de dar conta dos problemas colocados pelas transformações que o têm atingido nas últimas décadas, sugerindo a necessidade de se relacionar as atuais dificuldades da Sociologia do Trabalho à crise mais geral dos modelos teóricos que têm embasado a teoria sociológica e a ciência em geral.

Este texto é uma tentativa de aprofundar essa discussão a partir da análise dos estudos sobre os quais vem se apoiando a atual discussão sociológica sobre as transformações por que vem passando o trabalho no novo contexto mundial de reestruturação produtiva. Nosso ponto de partida é de que a maior parte dos estudos que têm servido de base para a discussão do trabalho parte de uma postura que restringe a análise do problema a seus aspectos materiais e tecnológicos, apoiando-se em pressupostos teóricos hoje bastante discutíveis, na medida em que, ao privilegiar temas como produtividade, competitividade e lucratividade, se mostram presos a uma postura positivista, centrada na análise de variáveis quantitativas que ignoram as implicações sociais mais amplas das transformações em curso. Tal postura vem encobrindo uma realidade de aprofundamento das desigualdades sociais, recolocando de forma premente a dis-

\* Trabalho apresentado ao XVIII Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, MG, 1994. Uma primeira versão deste texto foi publicada na revista espanhola *Sociología del Trabajo*. Os autores agradecem a Laís Abramo pelos comentários feitos àquela versão.

cussão sobre o determinismo econômico e tecnológico que, conquanto esteja relativamente esquecida nos últimos tempos, já foi um tema caro à Sociologia do Trabalho.

### **As Relações entre Técnica e Trabalho: Uma Questão de Determinismo Tecnológico ou Processo de Construção Social?**

Pensar as relações entre técnica e trabalho tem sido um dos eixos fundamentais da Sociologia do Trabalho desde seus primórdios. Foi a partir de preocupações relacionadas às características que o trabalho assumia a partir do desenvolvimento tecnológico que a disciplina surgiu e se consolidou institucionalmente nos vários países onde veio a se constituir como um campo específico do conhecimento.

Essa preocupação trouxe à Sociologia do Trabalho uma problemática teórica que gira em torno do conceito de determinismo tecnológico, segundo o qual o desenvolvimento da técnica é considerado como determinante na conformação das características do trabalho e da estrutura industrial. A evolução dessa discussão será abordada no tópico que vem a seguir, no qual buscaremos analisar algumas trajetórias particulares de elaboração teórica da Sociologia do Trabalho especificamente no que se refere a essa questão.

#### *Sociologia do Trabalho e Razão Técnica nos Anos 50, 60 e 70*

A Sociologia do Trabalho consolidou-se como disciplina no transcorrer dos anos 50. Influenciada pelos êxitos do fordismo e pela crença que então se propagava de que o progresso técnico, o crescimento econômico e a melhoria das condições de vida configuravam um progresso sem limites, ela comporta em seu interior, desde o início, um grande fascínio pela sociedade industrial e seu desenvolvimento.

Essa influência da realidade econômica sobre a produção sociológica teve, entretanto, matizes e nuances diferentes, relacionadas

com o entorno sócio-político-cultural no qual se dava a produção acadêmica, bem como com a relação que as instituições e atores sociais estabeleceram com a disciplina nas distintas realidades. Nesse sentido, como veremos a seguir, uma das variáveis mais importantes a ser considerada para se entender as particularidades do desenvolvimento da Sociologia do Trabalho nos países onde ela mais floresceu é a fonte de seu financiamento, que preestabelece o objetivo a ser buscado no processo de pesquisa. A discussão sobre esse processo em alguns países pode ser elucidativa a esse respeito.

Nos Estados Unidos, por exemplo, onde não se pode desvincular a Sociologia do Trabalho da evolução anterior da Sociologia Industrial, Casassus e Desmarez (1985) consideram que o nascimento deste campo da Sociologia, no momento em que se processavam importantes reformas na gestão e organização do trabalho, nos anos 1900-20, foi importante na definição das prioridades que ele viria a assumir posteriormente. A entrada das ciências sociais na indústria teve um caráter essencialmente pragmático. Alertando para o fato de que teriam sido utilizadas pelos engenheiros como suporte de sua ação transformadora, os autores sustentam que as ciências sociais americanas foram apropriadas nesse momento pelos engenheiros para consolidar o poder do *management* e negar razão à contestação operária.

Casassus e Desmarez concluem que os engenheiros conseguiram fazer com que os cientistas sociais elaborassem um *approach* mais sofisticado da gestão do trabalho, mediante a elaboração de técnicas capazes de assegurar a colaboração dos trabalhadores. Não é difícil compreender, nesse contexto, que, sendo a própria empresa o ator que demandava e financiava as pesquisas, a Sociologia Industrial americana, voltada que estava para o objetivo de assegurar o melhor funcionamento possível das organizações, tivesse sido fortemente marcada pela concepção funcionalista.

Essa tendência se consolida no pós-guer-



ra com Parsons e sua definição da empresa como um sistema social relativamente autônomo, a qual deixa de fora da análise a questão dos seus "fins". A função da Sociologia do Trabalho seria, dessa forma, assegurar a continuidade do sistema e controlar as tensões provenientes de seu entorno; dele viriam os fatores provocadores de distúrbios, já que o sistema internamente seria harmônico e equilibrado.

Casassus e Desmarez chamam a atenção para o fato de que exatamente no momento em que a Sociologia Industrial é reconhecida como uma área particular da Sociologia pela comunidade dos sociólogos, a abstração do sistema parsoniano leva ao desenvolvimento do conceito de organização, promovendo o desaparecimento da especificidade do sistema social da empresa industrial. A organização é uma noção mais genérica, que se aplica a instituições de qualquer natureza, eliminando os traços específicos da esfera da produção: o trabalho e sua organização. De acordo com esse enfoque, os efeitos sociais da industrialização são os mesmos se a tecnologia é a mesma, não importando o contexto em que está inserida, o que expressa o mais puro determinismo tecnológico.

Embora esse enfoque teórico comece a perder espaço com a entrada dos anos 70, a partir da utilização generalizada das novas tecnologias na indústria e nos serviços, e as novas problemáticas que engendraram, o determinismo tecnológico continua com um espaço assegurado na Sociologia do Trabalho americana.

Já na Itália, em função das características do movimento operário e da tradição intelectual, os estudos da Sociologia Industrial demandados e orientados pelos interesses empresariais não tiveram a quase exclusividade de que desfrutaram nos Estados Unidos. Juntamente com eles floresceu desde o início na produção italiana o que De Masi (1973) chamou de sociologia "estrutural" da empresa, desenvolvida por sociólogos vinculados à cultura européia do século XIX, que elaboraram uma análise crítica da empresa industrial. É

apenas a partir dos anos 60, entretanto, que, fora dos meios acadêmicos, se desenvolve uma sociologia crítica do trabalho, elaborada principalmente por um grupo de intelectuais que se articulou em torno da revista *Quaderni Rossi*.

Conforme sublinha Barisi (1985), o que caracterizou o método de trabalho dos colaboradores do *Quaderni Rossi* foi a utilização de instrumentos refinados de pesquisa empírica, acompanhada de um esforço contínuo de reelaboração e discussão da teoria em confronto com os resultados da pesquisa. Nesta confrontação, as avaliações e opiniões emitidas pelos coletivos de trabalhadores tinham uma importância especial. Ainda quanto aos procedimentos metodológicos, os estudos, por exemplo, sobre as mudanças socioeconômicas foram conduzidos vinculados ao estudo das estratégias dos atores sociais.

Segundo Barisi, esses procedimentos metodológicos e modelos de interpretação da realidade conseguiram construir novas categorias de análise e elaborar novos modelos de interpretação dos processos sociais e dos valores expressos pelos atores sociais, a partir de uma postura teórico-metodológica que teve como ponto de partida a consciência da impossibilidade de se chegar a uma "neutralidade" da ciência, principalmente das ciências humanas, em que a escolha subjetiva do pesquisador, os instrumentos de análise e a utilização possível dos resultados exercem uma influência decisiva sobre a "verdade" que se irá descobrir.

Barisi afirma ainda que várias pesquisas realizadas dentro de empresas revelaram a ocorrência de relações sociais até então desconhecidas. Descobriu-se, em particular, a existência de uma organização informal (organização real) do trabalho, muitas vezes bastante diferente da organização "formal" prevista nos organogramas e na descrição de postos de trabalho. Nas experiências de resolução de problemas técnicos ou em casos de autogestão de estabelecimentos foram demonstradas capacidades profissionais e criativas dos trabalhadores que não eram formal-

mente reconhecidas. Estes elementos teriam se constituído na base da afirmação da possibilidade de se superar os modelos tayloristas de organização do trabalho e a rígida estratificação do poder dentro das empresas.

Como fica claro, o florescimento da Sociologia do Trabalho na Itália se deu, ao contrário do exemplo americano, em relação direta com as organizações dos trabalhadores. Nesse sentido, enquanto nos Estados Unidos a pesquisa tinha como objetivo assegurar a continuidade do desenvolvimento do sistema produtivo, no caso italiano, o objetivo central era identificar e sistematizar os projetos de transformação do sistema que estariam sendo gestados no seio da classe operária. Neste caso, o que determinava os procedimentos de pesquisa e o processo de elaboração de conceitos e de construção teórica era a razão social e não a razão técnica. Por outro lado, o eixo teórico do enfoque era de que as características da organização, tanto da sociedade como do sistema produtivo, eram determinadas, em grande parte, pela vontade política dos diferentes atores sociais e expressavam o resultado de sua interação.

Esta Sociologia do Trabalho engajada chegou a ser hegemônica na Itália no final dos anos 60 e início dos 70, tendo mobilizado grande número de pesquisadores. Na segunda metade dos anos 70, entretanto, os velhos enfoques teóricos baseados no positivismo e no determinismo tecnológico voltaram a se impor. De um lado, a crise econômica provocou o desaparecimento das principais revistas que davam vida à sociologia crítica do trabalho. De outro lado, com a crise do financiamento da pesquisa pelo Estado, as novas fontes de recursos forçaram o redirecionamento dos objetos e objetivos das investigações. Estes começam a ser definidos pelas concepções neoliberais que passam a ter um peso decisivo no plano internacional com a crise do Estado do Bem-Estar, influenciando profundamente na orientação sobre como enfrentar as dificuldades econômicas que se avolumavam.

Nessas condições, conforme destaca mais uma vez Barisi, as pesquisas voltadas

para a organização da produção e para as modalidades de adaptação da empresa à crise (do ponto de vista da eficiência e do mercado) passaram a ter um desenvolvimento muito maior que aquelas voltadas para a organização do trabalho. De acordo com suas palavras,

“não seria por acaso, então, que a maior parte dos estudos empregará um enfoque teórico de tipo estrutural-funcionalista. A dimensão temporal e a subjetividade dos atores, da mesma forma que a questão da autonomia e o caráter político das intervenções dos trabalhadores parecem ter desaparecido pelo peso e pela onipresença asfixiante da CRISE que colocou a sociedade em um ‘estado de emergência permanente’, justificando assim todas as manobras de restauração” (Barisi, 1985, p. 237).

Finalmente, na França, onde a Sociologia do Trabalho nasceu como disciplina no período áureo do fordismo e da apologia do progresso técnico, seus fundadores expressaram desde cedo uma crença implícita na libertação dos trabalhadores pela técnica, em particular pela automação do trabalho, considerando o modelo industrial um avanço em relação aos modelos de desenvolvimento que o antecederam.

De fato, no famoso *Tratado de Sociologia do Trabalho*, Georges Friedmann e Pierre Naville (1973) vêem o trabalho industrial como o alicerce sobre o qual se apóia o desenvolvimento das sociedades, o que, segundo eles, conferia à Sociologia do Trabalho um papel fundamental no interior da Sociologia. Também sobre a divisão do trabalho, o *Tratado* expressa uma visão otimista, ao considerar que, diante de uma divisão social antagônica, o mundo da produção é o da cooperação técnica:

“A divisão do trabalho é a expressão de uma relação e estabelece ao mesmo tempo antagonismo e cooperação. Dentro da empresa, a divisão de tarefas é, antes de tudo, uma forma de cooperação tecnicamente eficaz” (Friedmann e Naville, 1973, p. 44).

Com o passar dos anos e a ampliação dos estudos, contudo, esta visão otimista da técnica e do progresso técnico foi sendo superada,



cedendo espaço para uma visão mais crítica. Pode-se dizer, inclusive, que a obra de Friedmann é perpassada por uma certa ambigüidade nesse sentido, na qual convivem ao mesmo tempo a crença no progresso técnico e a preocupação com suas implicações sociais. Essa tensão se expressa de maneira evidente em seu último livro (Friedmann, 1956), onde o autor afirma que existia naquele momento um desequilíbrio angustiante entre o poder que o progresso científico e técnico conferia à humanidade e as forças morais de que ela dispunha para enfrentar a questão.

É preciso ter presente que a amplitude e profundidade da pesquisa sociológica na França (assim como nas demais áreas do conhecimento) só foi possível devido à existência de um enorme financiamento público. Montero (1994) lembra que, antes da crise dos anos 70, as agências estatais não exigiam dos pesquisadores um enfoque pragmático, como começou a ocorrer a partir de então. Não se esperava que eles apresentassem ou formulassem sugestões de políticas, havendo clareza sobre a divisão do trabalho entre intelectuais e cientistas, de um lado, e políticos e administradores, de outro.

A crise dos anos 70, entretanto, provocou uma inflexão nesta tendência, na medida em que, a partir de então, a demanda passou a ser claramente voltada para a busca de caminhos para o enfrentamento da reconversão produtiva. A análise de dois importantes colóquios realizados na década pode ser elucidativa para a compreensão da evolução da produção teórica, bem como dos enfoques teórico-metodológicos predominantes em cada um dos momentos.

Fazendo uma avaliação dos textos apresentados e dos debates travados no Colóquio de Dourdan, realizado em 1975, Burnier e Tripier (1985) consideram que a questão central do encontro foi a da divisão do trabalho, sobre a qual prevaleceu um enfoque crítico, que chegou a questionar, não apenas suas conseqüências sobre os trabalhadores, mas o seu próprio princípio (Durand, 1985). Alentados pelo movimento de 1968, os estudos cen-

travam-se na análise do comportamento dos atores sociais envolvidos no processo de produção, assim como das causas do conflito, predominando um enfoque que, baseado nas práticas sociais, deixava pouca margem para a postura determinista.

Passados mais de cinco anos, contudo, um novo Colóquio em Dourdan revelou não só novas temáticas e preocupações, mas, sobretudo, novos enfoques teórico-metodológicos que vinham fortalecer a postura determinista. Embora, em função dos efeitos das novas tecnologias sobre o trabalho, a idéia da existência de uma correlação entre progresso técnico e progresso das qualificações tenha sido questionada (Dassa, 1985), a correlação entre tecnologia e qualificação foi reafirmada, podendo-se considerar que houve um predomínio da posição determinista. Na realidade, o contexto do processo de reestruturação, o posicionamento dos atores e a correlação de forças foram elementos praticamente ausentes do colóquio, no qual as novas tecnologias emergiram como o principal agente das transformações. Conforme sublinhou Linhart (1985, p. 192), os atores foram substituídos pelas empresas e pelo Estado, e a complexidade do sistema desapareceu.

#### *Sociologia do Trabalho e Reestruturação Produtiva*

A crise do fordismo e as conseqüentes tentativas de superação que a ela se seguiram significaram um conjunto de mudanças econômicas, políticas e sociais que atingiram rapidamente, e de maneira profunda, praticamente todos os cantos do mundo.

No plano do processo produtivo, as tentativas de superação das dificuldades vieram com a intensificação do processo de mudança da base técnica e organizacional da produção. No plano político, a falência das concepções social-democratas, que haviam florescido sob a égide do fordismo, cedeu lugar às concepções neoliberais, que não só conquistam a hegemonia na condução dos destinos de vários países, como passam a dirigir os principais organismos financeiros internacionais,

o que vai se refletir nas orientações das pesquisas.

É importante destacar que tal hegemonia levou à difusão da idéia de que o mercado deve ser o instrumento básico de regulação social, substituindo as noções de finalidade e de valor social do desenvolvimento pelas de utilidade e competitividade, sem que os efeitos sociais do processo sejam levados em consideração. Neste contexto, a noção de conflito perde a legitimidade e o que passa a importar é a cooperação que viabilizaria a produtividade e a competitividade que, por sua vez, supostamente solucionariam o conjunto de problemas que, segundo tal concepção, são comuns a todas as classes e camadas sociais.

É nesse contexto que a discussão das relações entre tecnologia e trabalho assume uma nova atualidade, tendo em vista as profundas e rápidas transformações que atingiram o mundo do trabalho. Na realidade, as novas tendências de organização da produção e do trabalho galvanizaram a atenção dos sociólogos, que passaram a se debruçar sobre o estudo das transformações que ocorriam no interior dos processos produtivos, bem como sobre as novas relações entre as empresas.

Nesse processo, foram ganhando visibilidade as análises que começaram a propor o surgimento de um novo sistema industrial, diferente do fordismo, que se basearia na integração de tarefas, inclusive das relativas à concepção e execução; no emprego de uma mão-de-obra estável, qualificada, com alto nível de escolarização e bem-remunerada; na formação e difusão de redes de subcontratação, que se baseariam num relacionamento cooperativo entre as empresas. Embora cunhado com nomes diferentes — especialização flexível, para Piore e Sabel (1984); produção enxuta, para Womack *et al.* (1992); sistemo-fatura, para Hoffman e Kaplinsky (1988) —, o novo sistema industrial (pós-fordista) caracterizar-se-ia, para todos esses autores, pela superação da organização fordista do processo de trabalho e sua substituição por uma nova forma de organização baseada no envolvimento dos trabalhadores com os objetivos

empresariais. Ainda que esses trabalhos tenham cumprido o importante papel de sublinhar as profundas transformações que vêm ocorrendo na organização industrial desde o final dos anos 70, e nos brindar com uma análise ampla das modificações que estão ocorrendo na lógica da produção industrial, seria mister reconhecer que há uma série de problemas que emergem de suas análises, os quais não podem ser desprezados, tendo em vista a importância que elas vêm assumindo nos debates atuais.

Apesar de haver diferenças no estilo de abordagem desses estudos, algumas características importantes os identificam. Em primeiro lugar, todos eles partem da análise de alguns setores estratégicos da economia, como a indústria automobilística ou metal-mecânica, e, a partir deles, generalizam as tendências encontradas para o conjunto da economia. Em segundo lugar, ao centrar a análise nos aspectos técnicos e econômicos, eles ignoram os demais fatores que interferem nas características do sistema industrial, como os aspectos políticos, sociais e culturais, sob cuja égide vem se dando o processo de reestruturação produtiva nos vários países, inclusive os relacionados às práticas sociais dos diferentes atores envolvidos. Finalmente, mas não menos importante, esses estudos têm uma visão extremamente otimista do processo em curso, ignorando totalmente os problemas sociais que o vêm acompanhando.

Convém lembrar, contudo, que esta não foi a única orientação teórica a predominar no interior da Sociologia do Trabalho. Ao lado dela, muitas outras vezes se levantaram, apontando a complexidade da realidade, bem como a possibilidade de coexistência entre as novas formas de organização do trabalho e os princípios fordistas.

Na realidade, já não são poucas as análises que vêm revelando que a produção flexível ou enxuta, longe de ser um padrão único, vem, não só comportando manifestações muito distintas e apresentando características bastante diferentes, conforme o país, o setor e a



empresa, como não tem mostrado a universalidade que seus defensores pressupõem.

No que se refere às diferenças entre os países, Humphrey (1989), por exemplo, em uma interessante discussão sobre a transferência de tecnologia de empresas multinacionais ao Brasil, considera que

“tanto as comparações entre países com sistemas sociais, econômicos e políticos diferentes como o contraste direto entre os centros de trabalho oferecem uma fonte imediata de hipóteses de trabalho estimulantes e uma clara refutação do determinismo tecnológico. Se examinamos as multinacionais que exportam tecnologias idênticas a um país menos desenvolvido e que desejam recriar modelos similares de organização do trabalho, podemos demonstrar muito claramente que a organização do trabalho se vê afetada por fatores tais como a organização e a força dos sindicatos, a qualidade da mão-de-obra disponível, a existência de um excedente de mão-de-obra e o sistema de trabalho imperante” (Humphrey, 1989, pp. 87-8).

Já no que respeita à diferença entre empresas, a análise de Shiroma (1993) pode ser esclarecedora. Referindo-se às transformações nas relações interindustriais e às tendências de formação de redes de subcontratação presentes na experiência japonesa, esta autora ressalta as diferenças nas formas de gestão da mão-de-obra encontradas entre as empresas, a partir dos distintos lugares que elas podem ocupar na cadeia produtiva. De acordo com Shiroma, existe uma divisão do trabalho entre as empresas, através da qual “se transferem as tarefas gerais e desqualificadas para as pequenas empresas, ficando as grandes com o trabalho especializado, qualificado. Dessa forma, uma grande discrepância observada entre grandes e pequenas empresas no Japão é a proporção de trabalhadores qualificados que são minoria nas pequenas (5% a 10%) e quase a totalidade nas grandes firmas.” (Shiroma, 1993, p. 71).

Vários autores se debruçaram também sobre a análise da divisão sexual do trabalho, elucidando que mesmo no interior de uma mesma empresa os trabalhos destinados às

mulheres e aos homens costumam apresentar diferenças significativas.

Wood (1989), por exemplo, enfatiza a possibilidade de a reestruturação produtiva estar significando um trabalho mais rico e qualificado para os homens, ao lado de uma degradação das condições de trabalho para as mulheres, as quais estariam sofrendo intensificação dos ritmos, rotinização das tarefas, desqualificação e aumento do controle.

Também Hirata tem insistido sobre a relatividade do que vem sendo chamado de modelo da competência, alertando para o fato de que ele se baseia na figura do trabalhador homem como encarnando o universal. Introduzindo ainda as distinções entre as tendências observadas nos países de economia central e os do Terceiro Mundo, a autora conclui que o panorama é extremamente complexo e heterogêneo:

“[...] as teses de alcance universal, tais como as dos novos paradigmas ou dos novos conceitos de produção, são forçosamente questionadas à luz de pesquisas empíricas introduzindo tais diferenciações” (Hirata, 1994, p. 132).

Convém considerar que as colocações de Hirata têm efetivamente sido confirmadas por dados empíricos que refletem os efeitos diferentes da inovação tecnológica entre a mão-de-obra masculina e a feminina. Segundo o Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos da França, por exemplo, a proporção de mulheres que trabalham em linhas de montagem vem aumentando, ao passo que a dos homens vem diminuindo. Da mesma forma, a porcentagem dos assalariados submetidos a ritmos de trabalho impostos vem crescendo entre a mão-de-obra feminina, e decrescendo para a masculina (Volkoff, 1991).

Tudo indica, assim, que, apesar da valorização por parte das empresas de comportamentos tradicionalmente identificados com o sexo feminino,<sup>1</sup> a reconversão produtiva não alterou, até o momento, o quadro tradicional de discriminação da mulher nos locais de trabalho detectado em muitos trabalhos anteriores. Com efeito, os postos de trabalho continuam sendo divididos entre homens e mulhe-

res a partir de critérios discriminatórios, que reservam aos primeiros os trabalhos mais ricos e complexos. Por outro lado, a própria caracterização do trabalho feminino como trabalho simples e desqualificado continua passando também por critérios discriminatórios, na medida em que não considera nem habilidades (caracterizadas como naturais nas mulheres) como atenção, concentração, destreza manual, nem a formação, como o nível de escolaridade, em geral mais alto entre as mulheres do que entre os homens (Kergoat, 1987).

Diante deste quadro, podemos concordar com Harvey (1993, p. 146) quando afirma que “a transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho, num período em que o movimento de mulheres lutava, tanto por uma consciência quanto por uma melhoria das condições de um segmento, que hoje representa mais de 40% da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados”.

Convém lembrar ainda as análises voltadas para a compreensão das novas relações industriais, as quais vêm mostrando não só que a reação operária pode ser muito diferente de acordo com a tradição, a cultura e a capacidade de organização dos distintos coletivos de trabalhadores (Leite, 1993 e 1994), conformando, portanto, diferentes realidades de relação entre capital e trabalho, mas também que os novos padrões produtivos vêm dando lugar a experiências de relação com os sindicatos muito diversas, que vão desde sua marginalização até sua integração no processo de reconversão (Sengenberger, 1991; Lipietz, 1991).

Por outro lado, começam a surgir alguns estudos apontando os graves problemas sociais que o processo de reestruturação vem colocando para as sociedades atuais. Em instigante artigo apresentado ao I Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, Castillo (1994), por exemplo, alerta para fatos que, embora já não sejam considerados temas

prioritários da Sociologia do Trabalho, como os relacionados aos acidentes de trabalho, revelam o agravamento de problemas sociais. Propondo que a Sociologia do Trabalho assumira a tarefa de converter os problemas sociais em problemas *sociológicos*, o autor sublinha que a incidência de acidentes de trabalho vem aumentando na Europa e nos Estados Unidos: na França, a parte dos assalariados afetados por penosidade e danos no trabalho aumentou fortemente entre março de 1984 e março de 1991; na Espanha, o número de acidentes de trabalho praticamente dobrou entre 1984 e 1990; para os países da OCDE, em seu conjunto, as taxas globais de acidentes de trabalho não-mortais estancaram ou aumentaram na metade dos países considerados; na Califórnia, uma recente pesquisa revelou as altas possibilidades de que os latinos deixem a vida no trabalho nos distritos de alta tecnologia (Castillo, 1994, p. 9).

Muitos estudos têm alertado também para o aumento das taxas de desemprego, bem como para a tendência à precarização do trabalho que vem acompanhando o atual processo de reestruturação, com a multiplicação do trabalho temporário, subcontratado e em tempo parcial.<sup>2</sup> Conforme esclarece Harvey (1993, p. 144), “a atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores ‘centrais’ e empregar cada vez mais uma força de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos quando as coisas ficam ruins”.

Já Brandão Lopes (1993, p. 182) vem chamando a atenção para a correlação entre reestruturação industrial, de um lado, e exclusão e pobreza, de outro, alertando que “a simples fé nas virtudes da industrialização não basta mais” quando se pensa em enfrentar a questão da pobreza em países industrializados da periferia, como o Brasil.

Em recente balanço sobre a Sociologia do Trabalho no Brasil, Castro e Leite (1994, p. 49) apresentam um grande conjunto de trabalhos que têm seguido essas preocupações, através de “saudáveis rupturas nos estilos metodológicos e nas tematizações mais ortodoxas



da Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil". As autoras concluem que "o determinismo material parece ter encontrado limites tanto na força com que os elementos organizacionais têm se mostrado determinantes nas mudanças recentes no mundo do trabalho fabril no Brasil, quanto no reconhecimento da virtualidade explicativa de fatores relativos à concepção da ordem no trabalho, às representações dos agentes e ao simbolismo nas instituições fabris" (Castro e Leite, 1994, p. 50).

Embora seja evidente que estes estudos são muito mais ricos, na medida em que buscam dar conta da complexidade da realidade, bem como dos problemas sociais advindos do atual processo de reestruturação produtiva, a capacidade dos defensores de um único modelo não só de orientar a discussão, mas também de impor novas categorias de análise e subscrever um campo de preocupações, que tem orientado, inclusive, a produção de seus críticos, não deixa de ser intrigante.

A essa discussão dedicaremos o último tópico deste texto. Nossa proposta é que, embora a crítica às análises que estamos discutindo venha sendo bem feita em termos de apontar para a simplificação da realidade provocada pela generalização, para o conjunto da economia, de características que podem ser observadas nas empresas de ponta de alguns setores estratégicos, ela se absteve até o momento de discutir as bases teóricas mais amplas sobre as quais tais estudos se apóiam. Do nosso ponto de vista, talvez falte ainda fazer uma crítica mais profunda ao determinismo econômico e tecnológico que orienta essa produção teórica à luz da discussão epistemológica atual, a qual tem alimentado um rico debate sobre o predomínio da razão técnica que orientou o pensamento científico até recentemente.

### **A Postura Determinista e a Crise da Razão Técnica**

Valeria começar lembrando que uma das marcas mais importantes desses estudos consiste no privilegiamento das idéias de eficiência e produtivismo. Tal postura tem con-

siderado como fundamental na análise das empresas, dos vários setores de atividade, bem como das economias nacionais, dados relacionados à lucratividade e competitividade. No que se refere às implicações sociais das transformações em curso, duas posturas têm predominado: ou os estudos simplesmente ignoram a questão, ou ressaltam seus aspectos positivos, como a tendência ao emprego de uma mão-de-obra mais qualificada, estável e escolarizada, dedicando, em geral, muito pouca atenção aos graves problemas sociais que o atual processo de reconversão produtiva vem provocando mundialmente, como a segmentação do mercado de trabalho, o aumento do desemprego, a concentração da riqueza, o aumento da miséria e o enfraquecimento de importantes formas de organização da sociedade civil, como os sindicatos e comissões de empresa. Dois problemas sérios advêm dessa postura. Na realidade, tudo se passa como se estes fenômenos fossem conseqüências inevitáveis do avanço tecnológico, ou efeitos passageiros que o próprio desenvolvimento se encarregará de resolver, o que pressupõe, de um lado, o atual processo de reestruturação produtiva como algo determinado pela tecnologia e não como processo de construção social e, de outro, o privilegiamento da razão técnica sobre a razão social.

Essas duas questões encontram-se, entretanto, profundamente imbricadas, fazendo parte, na verdade, de uma mesma visão de mundo e de ciência que esteve na base do positivismo. Concedendo à técnica um papel central na vida humana, este tipo de raciocínio tem como pressuposto implícito, como já vimos, uma valoração positiva do crescimento econômico e da evolução tecnológica, entendidos como sinônimo de desenvolvimento social e humano, de melhoria da qualidade de vida e de progresso. Tem como pressuposto, em outras palavras, a idéia que Castoriadis (1982) identificou como a "instituição imaginária da sociedade", de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas constitui o objetivo central da civilização.

Tal postura, entretanto, começa a ser co-

locada em xeque nos dias atuais, quando a própria noção de progresso vem sendo problematizada e, quando, como adverte Morin (1982, p. 48), “começamos a aperceber-nos de que pode haver uma dissociação entre quantidade de bens [...] e qualidade de vida”, ou quando vemos que, “a partir de um certo limiar, o crescimento pode produzir mais prejuízos do que bem-estar e que os subprodutos tendem a tornar-se os produtos principais”.

Convém lembrar, por outro lado, que esse tipo de reflexão não se expressa nos textos que estamos analisando devido à sua total *desconsideração do papel dos atores sociais*. Partindo de uma análise que ignora inteiramente o sujeito e que apresenta um determinado modelo de desenvolvimento como uma inexorabilidade do avanço tecnológico, tais estudos submergem os atores sociais na lógica econômica da competitividade. O processo não é analisado como resultado de interesses e práticas sociais determinadas, nem sequer como podendo ter seu rumo modificado pela ação dos sujeitos. Totalmente dependente da razão técnica, o modelo não parece passível de adaptações ou mudanças provocadas pelos atores, o que pode ser claramente identificado na tendência a pressupor um modelo único ao invés de diferentes trajetórias de desenvolvimento, como a literatura crítica tem apontado.

Evidentemente, não se trata de ignorar o caráter global do atual processo de reestruturação produtiva e os constrangimentos que o mercado mundial vem colocando às empresas; sem dúvida, é preciso ter presente que os atores sociais agem *constrangidos pelas normas colocadas pelo processo mundial de globalização*. Isso não significa, entretanto, que se possa esquecer que essas normas não possuem a capacidade de definir um único caminho. Pelo contrário, pressupõem, como qualquer norma social, a possibilidade de construção de diferentes propostas e projetos sociais de acordo com as distintas realidades nas quais se inserem.

A arrogância implícita numa teoria que advoga a superioridade da razão técnica sobre

toda e qualquer outra forma de razão, e que ignora totalmente os subprodutos a que se refere Morin, como se o próprio desenvolvimento econômico e tecnológico fosse suficiente para a solução final de todos os problemas que afligem a humanidade, ou, pior ainda, como se eles nem mesmo existissem, nos remete também à discussão das relações entre a ciência e a ética, tema que vem se colocando de forma cada vez mais insinuante nos debates recentes sobre a razão científica.

Na verdade, a postura de neutralidade implícita nesse tipo de análise se contrapõe a uma tendência que se vem acentuando nos dias atuais, de introduzir a preocupação ética na análise científica. Com efeito, cada vez mais os cientistas vêm desenvolvendo a preocupação com a ética do comportamento técnico-científico e se afastando da concepção científica clássica que, ao separar fato e valor, elimina de seu seio a competência ética. Conforme esclarece Buarque (1993, p. 15), “é quase unânime a consciência do risco de deixar o cientista de hoje movido pelo mesmo espírito de desenvolvimento da ciência que prevaleceu desde o Iluminismo”. Da mesma forma que um físico sensível não pode considerar a bomba atômica apenas como a maravilha da ciência, os cientistas sociais não podem fechar os olhos para os efeitos dramáticos dos atuais modelos de desenvolvimento. Se abrirem os olhos, adverte o autor, “não verão apenas a maravilhosa força da transformação que criou um mundo eficiente, verão também miséria a ponto de reduzir o homem a ser parte do lixo; aculturação a ponto de formarem-se sociedades enlouquecidas; depredação da natureza a ponto de ameaçar-se o próprio futuro da espécie” (Buarque, 1993, p. 18).

Estas considerações nos alertam para a pertinência das colocações de Castillo (1994) e para a urgência de que a Sociologia do Trabalho transforme em questões *sociológicas* os problemas sociais que as transformações produtivas vêm fazendo emergir, como os do desemprego, da precarização do trabalho, da exclusão social, do enfraquecimento dos



sindicatos, do debilitamento da noção e dos direitos da cidadania,

Evidentemente, esse tipo de reflexão não pode estar presente em análises que absolutizam a lógica do mercado, substituindo as noções de finalidade e de valor pelas de produtividade e competitividade, ao mesmo tempo em que se abstêm de problematizar seus efeitos sociais.

Ao contrário desta postura que restringe a realidade, a Sociologia do Trabalho necessita de estudos que, recuperando a mais pura tradição sociológica, alarguem o campo de análise, levando em consideração a interação existente entre o conjunto de fenômenos que fazem parte da realidade social, e que reconheçam que a razão técnica é um tipo de razão e não “a razão absoluta”, ou a única razão. Que não percam de vista, enfim, que embora o desenvolvimento social seja influenciado também pela técnica, ela não é o único fator a determinar os rumos da história. Mais que isso, que levem em conta que a técnica é a expressão de uma determinada relação social, de um projeto que se vem impondo através de um processo conflituoso de embate entre contendores que são sujeitos sociais com diferentes projetos de racionalidade; ou ainda, como já alertou Touraine (1990), que expressem a tensão entre o triunfo da razão e a afirmação do sujeito.

Há que se considerar, por outro lado, que cada vez mais a ciência vem se apercebendo de que a razão já não dá conta da complexidade da realidade. Como explicita Gonçalves (1989, p. 138),

“sabemos hoje, principalmente após Freud e graças também à antropologia, que a razão não está separada da ‘irrazão’ por uma muralha da China: o *homo sapiens* é também *homo demens*. A vida está povoada de ‘sem sentidos’ sem os quais não teria sentido viver, como o amor, a paixão, a arte, o jogo, o prazer. Neste terreno de intersubjetividades, que é o terreno do conflito e da política”,

a razão instrumental encontra seus limites.

Aliás, não seria demais lembrar que esses limites se constituíram num dos temas privilegiados da Escola de Frankfurt, que dedicou

grande parte dos seus esforços para demonstrar como, em sua trajetória, a razão foi sendo colocada a serviço da dominação e repressão do homem e a técnica foi adquirindo um caráter ideológico:

“a técnica e a ciência, na forma de uma consciência positivista imperante — e articulada como consciência tecnocrática —, começam a assumir o valor posicional de uma ideologia que substitui as ideologias burguesas destruídas” (Habermas, 1994, p. 84).

Na verdade, a idéia de que a razão se reduz à razão científica e tecnológica, na qual a ciência se apoiou durante tanto tempo, vem sendo hoje contestada por todos os lados. Cada vez mais vem-se afirmando a concepção de que a

“relação sujeito-objeto, característica da razão científica, não pode ser transposta sem as necessárias mediações para o terreno do social, campo onde se desenvolvem as relações sujeito-sujeito expressas simbolicamente” (Gonçalves, 1989, p. 140).

Isso significa reconhecer que a ciência também é socialmente instituída e que as teorias se apóiam em princípios fundamentais que, embora inconscientes ou invisíveis, comandam o processo de conhecimento, organizando-o de acordo com sua lógica. Como tais princípios fazem parte da visão de mundo e da cultura dominantes na sociedade, cabe também à ciência refletir sobre as características culturais dos conceitos e teorias sobre os quais se apóia, bem como sobre seu papel na sociedade. Esse esforço supõe, como já alertou Morin (1982, p. 46), “a introdução da reflexividade consciente, ou seja, a reintrodução do sujeito no conhecimento científico”, a fim de que ele não se mantenha cego para o papel que desempenha na sociedade.

Muito distantes dessas preocupações, os estudos que estamos analisando se baseiam no postulado da redução, sobre o qual se apoiou a ciência positivista e que, segundo Morin (1982, p. 34), “atribui a verdadeira realidade não às totalidades, mas aos elementos, não às qualidades, mas às medidas, não aos seres e

aos entes, mas aos enunciados formalizáveis e matematizáveis”.

O determinismo econômico e tecnológico aparece, assim, como uma consequência quase natural do método de análise e dos princípios teóricos que o embasam. Totalmente preso aos postulados da ciência clássica — que se baseou na supremacia da razão técnica; na decomposição da realidade em suas categorias mais simples e na busca das leis universais; na quantificação da realidade como garantia da cientificidade; na separação entre sujeito e objeto do conhecimento e na suposta neutralidade do sujeito, o que gerou, nas palavras de Morin, uma ciência sem consciência —, esse tipo de análise do atual processo de reestruturação produtiva só poderia ser tão determinista como os princípios sobre os quais se apóia. Estes, na realidade, já haviam se encarregado de eliminar o acaso, o indeterminado e o imprevisível da análise científica. Ao enfatizar a busca das leis universais, a lógica da simplificação rejeitou não só a incerteza como o irracionalizável, não só o sujeito como suas imprevisíveis manifestações.

### Conclusão

O atual processo de reestruturação produtiva que se vem processando em escala mundial vem jogando por terra princípios de organização da produção e do trabalho consagrados pelo taylorismo e o fordismo. De uma maneira geral, as empresas vêm buscando integrar tarefas e processos anteriormente compartimentalizados, envolver os trabalhadores com os objetivos empresariais e focalizar a produção em seus produtos principais, externalizando, ou terceirizando, a produção de partes complementares. Esse processo vem se dando, entretanto, de maneira muito diferente de país a país, de setor a setor, e mesmo de empresa a empresa de um mesmo setor.

Se, em alguns casos (em geral, as empresas líderes dos setores de ponta da economia), ele tem significado a eliminação do trabalho parcelado e realizado em tempos impostos, maior autonomia aos trabalhadores para to-

mar decisões relativas ao processo produtivo e, ambientes de produção mais participativos e menos conflituosos, isso não significa que o trabalho desqualificado tenha sido abolido, que o capital tenha abandonado sua preocupação de controlar os trabalhadores ou que esteja havendo uma efetiva democratização dos locais de trabalho e das relações industriais. Não significa, tampouco, que essas tendências estejam inscritas no desenvolvimento futuro, devendo obrigatoriamente se concretizar com o passar do tempo. Ao contrário, o que a pesquisa empírica tem demonstrado é que a realidade é extremamente complexa e multifacetada, apresentando, muitas vezes, tendências ao mesmo tempo opostas e complementares.

Com relação à qualificação da mão-de-obra, por exemplo, vale lembrar os estudos que vêm afirmando não só a permanência dos trabalhos desqualificados, mas também sua imbricação com os preconceitos sociais relacionados às diferenças de gênero, de etnia, de cor, de nacionalidade, de idade. Por outro lado, é importante não perder de vista que o fato de as empresas não estarem mais buscando o controle sobre seus trabalhadores, através do parcelamento do trabalho e da desqualificação da mão-de-obra, não significa que elas tenham abandonado a preocupação com o controle. Na verdade, tudo indica que a mudança estaria somente na maneira de controlar, tendo em vista que as estratégias nesse sentido continuam atuais. Valeria lembrar, a esse respeito, o alerta de Sewell e Wilkinson (1992), que associam as novas formas de vigilância ao Panóptico, tendo em vista a sofisticação dos sistemas utilizados como forma de controlar os trabalhadores individualmente. De acordo com eles, ao contrário da suposta autonomia do trabalho, os métodos japoneses possuem um eficiente sistema de vigilância que se apóia tanto na visibilidade natural do processo de produção e do desempenho do trabalhador na fábrica organizada sob os princípios do *just-in-time*, como no uso freqüente de sistemas de informação administrativa ca-



pazes de assinalar rapidamente os desvios das normas de produção ou de qualidade.

Também no que se refere aos sistemas participativos e à busca de uma mão-de-obra mais autônoma para tomar decisões relativas ao processo produtivo, convém destacar que já há vários estudos que vêm ressaltando que as estratégias participativas nem sempre têm significado uma democratização da fábrica e das relações de trabalho. Analisando a questão, Leite (1995, p. 147) alerta para o fato de que o poder continua concentrado nas mãos da gerência das empresas, bem como para a resistência das firmas em permitir a participação dos trabalhadores em qualquer forma de decisão que extrapole as relativas às atividades produtivas de rotina, concluindo que “uma análise mais cuidadosa do que vem acontecendo no interior das fábricas aponta, na realidade, para um processo de participação parcial, limitado e, sobretudo, controlado”.

Por outro lado, quando se leva em consideração as diferentes realidades nacionais, o que se observa é que a reestruturação vem se dando de forma muito distinta de país a país, havendo muitos exemplos de economias inteiras que não vêm adquirindo as características da especialização flexível, da produção enxuta, ou da sistemofatura. Tampouco se pode defender a possibilidade de que tal modelo venha inexoravelmente a se tornar dominante num futuro próximo e que sua difusão seja, portanto, apenas uma questão de tempo.

Ao contrário, muitas pesquisas vêm revelando que, no processo de reestruturação produtiva, as novas tendências de uso da mão-de-obra vêm, muitas vezes, se conectando com velhos princípios, incorporando-os e revitalizando-os.<sup>3</sup>

A compreensão desse processo exige, portanto, que a Sociologia do Trabalho abandone a perspectiva determinista. Não só porque ela não permite que se capte sua complexidade, suas diferentes formas de manifestação, assim como as distintas formas de imbricação dos novos princípios de produção com velhas formas de uso do trabalho que se reatualizam, ganhando inclusive novo dinamismo, mas principalmente porque, ao fechar a possibilidade para saídas diferentes, a perspectiva determinista nos impõe um modelo que elimina da análise os atores sociais, bem como a possibilidade de transformação do curso da história a partir de suas consciências, suas vontades, suas práticas sociais. Tal perspectiva, por sua vez, torna-se tão mais preocupante, quanto mais se leva em conta os graves problemas sociais que o atual processo de reestruturação vem provocando, e que as teorias deterministas insistem em não levar em consideração, por não se encaixarem em seus pressupostos teóricos.

*(Recebido para publicação  
em maio de 1996)*

#### Notas

1. Hola e Todaro (1992), por exemplo, alertam para o fato de que, em virtude das novas tendências de gestão da mão-de-obra que estão acompanhando o processo de modernização tecnológica, as empresas estariam valorizando aspectos comportamentais considerados como tipicamente femininos, como capacidade de comunicação, facilidade para trabalho em grupo, habilidade de transmissão de conhecimento, flexibilidade no trato com as pessoas (Abramo, 1993, p. 2).
2. Uma rica e pormenorizada análise dessas tendências no mundo atual pode ser encontrada em Mattoso (1995).
3. Em interessante coletânea organizada por Abreu e Sorj (1993), por exemplo, estão reunidos estudos que elucidam as relações entre trabalho a domicílio e modernização tecnológica,

revelando que o atual processo de reconversão produtiva vem reatualizando essa forma de produção e ocupação (Abreu e Sorj, 1993, p. 12). Também Harvey chama a atenção para essa questão, lembrando o modo como as novas tecnologias de produção e as novas formas de organização permitiram o retorno dos sistemas de trabalho doméstico, familiar e paternalista: “O retorno da superexploração em Nova York e Los Angeles, do trabalho em casa e do ‘teletransporte’, bem como o enorme crescimento do setor informal por todo o mundo capitalista avançado, representa de fato uma visão bem sombria da história supostamente progressista do capitalismo” (Harvey, 1993, p. 175).

### Bibliografia

- Abramo, L.  
1993 Inovação Tecnológica e Segmentação por Gênero no Mercado de Trabalho. Comunicação apresentada na reunião do GT Cambio Tecnológico, Calificación y Capacitación, da Red Latinoamericana de Educación y Trabajo. Campinas, Unicamp, março de 1993.
- Abrêu, A. e Sorj, B. (orgs.)  
1993 *O Trabalho Invisível: Estudos sobre Trabalhadores a Domicílio no Brasil*. Rio de Janeiro, Rio Fundo Editora.
- Barisi, G.  
1985 “Une Sociologie Engagée: La Sociologie du Travail Italienne”, in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L’Harmattan.
- Brandão Lopes, J.  
1993 “Reestruturação Produtiva, Mercado de Trabalho e Condições de Vida”. *Revista Educação & Sociedade*. Campinas, Cedes/Papirus, n. 45 (número especial sobre inovação tecnológica, trabalho e qualificação).
- Buarque, C.  
1993 *A Desordem do Progresso*. São Paulo, Paz e Terra.
- Burnier, M. e Tripier, P.  
1985 “La Division du Travail: Colloque de Dourdan I”, in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L’Harmattan.
- Casassus, C. e Desmarez, P.  
1985 “La Sociologie Industrielle Americaine: Origines, Éclatement et Retour a l’Atelier”. in: *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L’Harmattan.
- Castillo, J.  
1994 “Adonde va la Sociologia del Trabajo?”. Trabalho apresentado ao I Congreso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, México, 23-26 de novembro de 1993, e publicado na *Revista de Economía y Sociología del Trabajo*, Madrid, Ministério de Trabajo y Seguridad Social, ns. 23/24, mar.-jun., 1994.
- Castoriadis, C.  
1982 *A Instituição Imaginária da Sociedade*. São Paulo, Paz e Terra.
- Castro, N. e Leite, M.  
1994 “A Sociologia do Trabalho Industrial no Brasil: Desafios e Interpretações”. *BIB — Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 37, 1.º semestre de 1994.



- Dassa, S.  
1985 “L’Émploi, Enjeux Economiques et Sociaux: Coloque de Dourdan II”, in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L’Harmattan.
- De Masi, D.  
1973 *Sociologia dell’Agenda*. Bologna, Il Mulino.
- Friedmann, G.  
1956 *Le Travail en Miettes*. Paris, Gallimard.
- Friedmann, G. e Naville, P.  
1973 *Tratado de Sociologia do Trabalho*. São Paulo, Cultrix.
- Durand, C.  
1985 “La Recherche Sociologique et la Demanda Social”, in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L’Harmattan.
- Gonçalves, C.  
1989 *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo, Contexto.
- Habermas, J.  
1994 *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa, Edições 70.
- Harvey, D.  
1993 *A Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Loyola.
- Hirata, H.  
1994 “Da Polarização das Qualificações ao Modelo da Competência”, in Ferretti, Zibas, Madeira e Franco (orgs.), *Novas Tecnologias, Trabalho e Educação*. Petrópolis, Vozes.
- Hoffman, K. e Kaplinsky, R.  
1988 *Driving Force: The Global Restructuring of Technology, Labour and Investment in the Automobile and Components Industries*. Londres, Westview Press, Inc.
- Hola, E. e Todaro, R.  
1992 *Los Mecanismos del Poder (Hombres y Mujeres en la Empresa Moderna)*. Buenos Aires, Grupo Editor Latinoamericano.
- Humphrey, J.  
1989 “Más Allá de la Crítica del Determinismo Tecnológico: Examen de los Estudios del Trabajo en Brasil”. *Sociología del Trabajo*. Madri, Siglo Veinteuno de Espana Editores S.A., n. 5, invierno 1988/89.
- Kergoat, D.  
1987 “Em Defesa de uma Sociologia das Relações Sociais. Da Análise Crítica das Categorias Dominantes à Elaboração de uma Nova Conceituação”, in Vários autores, *O Sexo do Trabalho*, São Paulo, Paz e Terra.
- Leite, M.  
1993 “Innovación Tecnológica y Subjetividad Obrera”. *Sociología del Trabajo*. Madri, Siglo Veinteuno de Espana Editores, n. 19.  
1994 *O Futuro do Trabalho. Novas Tecnologias e Subjetividade Operária*. São Paulo, Scritta.  
1995 “Novas Formas de Gestão da Mão-de-Obra e Sistemas Participativos no Brasil”. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*. Mexico, Asociación Latinoamericana de Sociología del Trabajo, Año I, n. 1.

- Linhart, D.  
1985 "La Sociologie Sous-Jacente du Colloque de Dourdan II", in Vários autores, *Le Travail et sa Sociologie*. Paris, Editions L'Harmattan.
- Lipietz, A.  
1991 "As Relações Capital-Trabalho no Limiar do Século XXI". *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 12(1).
- Mattoso, J.  
1995 *A Desordem do Trabalho*. São Paulo, Scritta.
- Montero, C.  
1994 Paradigmas Teóricos en los Estudios del Trabajo. Trabalho apresentado ao Primer Encuentro Latinoamericano de Estudios del Trabajo. San Juan de Puerto Rico, 15-20 de maio.
- Morin, E.  
1982 *Science avec Conscience*. Paris, Librairie Artheme Fayard.
- Offe, C.  
1989 "Trabalho como Categoria Sociológica Fundamental?", in C. Offe. *Trabalho & Sociedade: Problemas Estruturais e Perspectivas para o Futuro da "Sociedade do Trabalho"*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, vol. I, Biblioteca Tempo Universitário 85.
- Piore, M. e Sabel, C.  
1984 *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*. Nova York, Basic Books.
- Santos, B.  
1993 *Um Discurso sobre as Ciências*. 6.ª ed., Lisboa, Afrontamento.
- Sengenberger, W.  
1991 "Cambios Recientes en la Organización Industrial y Sus Consecuencias para el Diálogo Social y la Cooperación", in Alvaro Espina (org.), *Concertación Social, Neocorporativismo y Democracia*. Madrid, Ministério de Trabajo y Seguridad Social.
- Sewell, G. e Wilkinson, B.  
1992 "Surveillance, Discipline and the Just-in-Time Process". *Sociologie*, 26(2), maio.
- Shiroma, E.  
1993 *Mudança Tecnológica, Qualificação e Políticas de Gestão: A Educação da Força de Trabalho no Modelo Japonês*. Tese de doutorado, Campinas, Faculdade de Educação, Unicamp.
- Touraine, A.  
1990 A Critical View of Modernity. Trabalho apresentado ao Congresso Mundial de Sociologia.
- Volkoff, S.  
1991 As Pesquisas Francesas sobre as Condições de Trabalho e sobre a Organização do Trabalho: Dos Métodos ao Resultado. Texto apresentado ao seminário Metodologias para Levantamento Quantitativo sobre a Difusão das Novas Tecnologias no Processo de Trabalho, Brasília, 22 de outubro.



Womack, J. *et al.*

1992 *A Máquina que Mudou o Mundo*. Rio de Janeiro, Campus.

Wood, S.

1989 "The Transformation of Work", in S. Wood (org.), *The Transformation of Work?*. Londres, Unwin Hyman.

### **Resumo**

*A Sociologia do Trabalho diante da Reestruturação Produtiva: Uma Discussão Teórica*

Partindo da discussão da trajetória da Sociologia do Trabalho em três países onde a disciplina mais se desenvolveu, e analisando as transformações por que vem passando o trabalho no atual contexto mundial de reestruturação, o artigo discute as principais tendências teóricas que se vêm difundindo na área. Os limites das análises, que restringem seu campo de estudo aos aspectos materiais e tecnológicos da questão, são sublinhados, ao mesmo tempo em que se destaca sua incapacidade de levar em conta os graves problemas sociais que se vêm colocando para as sociedades atuais. Um dos eixos da discussão é a noção de determinismo tecnológico, tema considerado ainda central para o avanço da disciplina.

### **Abstract**

*Labor Sociology in the Context of the Restructuring of Production: A Theoretical Discussion*

Based on both a discussion of the history of labor sociology in the three nations where it has enjoyed greatest development and on an analysis of labor transformations within the current world context of the restructuring of production, the article discusses the main theoretical trends within this field. The limitations of analyses whose scope is restricted to study of the material and technological aspects of the question are underscored, along with their incapacity to take into account the serious social problems currently facing today's societies. One of the main threads of this discussion is the notion of technological determinism, a topic deemed central to further progress within this field.